

Neocolonialismos em prática: movimentos quilombolas e as novas dimensões de dominação na ilha do Marajó (PA)

Neocolonialisms in practice: quilombola movements and the new dimensions of domination on the island of Marajó (PA)

Neocolonialismos en la práctica: movimientos quilombolas y las nuevas dimensiones de la dominación en la isla de Marajó (PA)

José Felipe Rodrigues da Costa

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0003-2120-7214>

Monique Medeiros

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0001-8789-0621>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar o processo histórico dos movimentos quilombolas de Salvaterra, na ilha do Marajó/PA, traçando a trajetória desde as resistências coloniais até as configurações neocoloniais contemporâneas e as formas de enfrentamento construídas pelo movimento quilombola. Parte-se do entendimento de que o colonialismo europeu instaurou uma colonialidade do poder e que o neocolonialismo atual reconfigura essa lógica por meio de investimentos agroindustriais, obras de infraestrutura e incentivos estatais, aprofundando a dependência e a desigualdade. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica em SciELO e Google Acadêmico, entrevistas semiestruturadas com moradores das comunidades quilombolas de Campinas/Vila União e Mangueiras, observação participante, registros em diário de campo e documentação fotográfica. A pesquisa de campo ocorreu em 2024, com sete visitas distribuídas ao longo do ano. Os resultados evidenciam que, apesar das formas de neocolonialismo, o movimento quilombola desenvolve formas

organizativas diversificadas, formais e informais, que vão desde associações registradas até grupos de carimbó e artesanato. Essas iniciativas revelam processos complexos de adaptação cultural, reforço de identidade coletiva e construção de novas territorialidades que articulam práticas de resistência política e simbólica. Por fim, o artigo destaca a centralidade da identidade quilombola como instrumento de luta por reconhecimento e proteção territorial diante das mudanças colocadas pelo neocolonialismo.

Palavras-chave: Movimento Quilombola; Neocolonialismo; Identidade Racial; Amazônia Marajoara.

Abstract: This article aims to present the historical process of the quilombola movements of Salvaterra, on the island of Marajó/PA, tracing the trajectory from colonial resistance to contemporary neocolonial configurations and the forms of confrontation constructed by the quilombola movement. It starts from the understanding that European colonialism established a coloniality of power and that current neocolonialism reconfigures this logic through agroindustrial investments, infrastructure works and state incentives, deepening dependence and inequality. Methodologically, a qualitative approach was adopted, with a bibliographic review in SciELO and Google Scholar, semi-structured interviews with residents of the communities of Campinas/Vila União and Mangueiras, participant observation, field diary records and photographic documentation. The field research took place in 2024, with seven visits distributed throughout the year. The results show that, despite the forms of neocolonialism, the quilombola movement develops diverse organizational forms, both formal and informal, ranging from registered associations to carimbó and craft groups. These initiatives reveal complex processes of cultural adaptation, reinforcement of collective identity and construction of new territorialities that articulate practices of political and symbolic resistance. Finally, the article highlights the centrality of quilombola identity as an instrument of struggle for territorial recognition and protection in the face of the changes brought about by neocolonialism.

Keywords: Quilombola Movement; Neocolonialism; Racial Identity; Marajoara Amazon.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el proceso histórico de los movimientos quilombolas de Salvaterra, en la isla de Marajó/PA, trazando la trayectoria desde la resistencia colonial hasta las configuraciones neocoloniales contemporáneas y las formas de confrontación construidas por el movimiento quilombola. Se entiende que el colonialismo europeo instauró una colonialidad del poder y que el neocolonialismo actual reconfigura esta lógica a través de inversiones agroindustriales, obras de infraestructura e incentivos estatales, profundizando la dependencia y la desigualdad. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo, con revisión bibliográfica en SciELO y Google Scholar, entrevistas

semiestructuradas con residentes de las comunidades de Campinas/Vila União y Mangueiras, observación participante, registros de diario de campo y documentación fotográfica. La investigación de campo se llevó a cabo en 2024, con siete visitas distribuidas a lo largo del año. Los resultados muestran que, a pesar de las formas de neocolonialismo, el movimiento quilombola desarrolla diversas formas organizativas, tanto formales como informales, que van desde asociaciones registradas hasta grupos de carimbó y artesanos. Estas iniciativas revelan procesos complejos de adaptación cultural, refuerzo de la identidad colectiva y construcción de nuevas territorialidades que articulan prácticas de resistencia política y simbólica. Finalmente, el artículo destaca la centralidad de la identidad quilombola como instrumento de lucha por el reconocimiento y la protección territorial frente a los cambios provocados por el neocolonialismo.

Palabras-clave: Movimiento Quilombola; Neocolonialismo; identidad racial; Marajoara del Amazonas.

Introdução

O Arquipélago do Marajó, popularmente conhecido como Ilha do Marajó, está integralmente situado no estado do Pará, na foz do rio Amazonas. Embora frequentemente denominado ilha, trata-se de um arquipélago composto por diversas ilhas que totalizam 49.606 km² (Interministerial, 2007). Reúne dezesseis municípios, dentre os quais destaca-se Salvaterra, localizado no nordeste da ilha.

Com aproximadamente 24 mil habitantes (IBGE, 2022), Salvaterra combina belezas naturais, águas ora salgada, influenciadas pelo Oceano Atlântico de junho a novembro, ora doce, de dezembro a maio, e um rico tecido sociocultural, resultado de interações históricas entre populações Africanas e indígenas.

No município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (PA), reconhecem-se dezoito comunidades quilombolas, as quais representam 30,8% da população local, segundo dados do IBGE (2022). Entre elas, destacam-se Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Boca da Mata, Caldeirão, Cururu, Deus me Ajude, Mangueiras, Paixão, Passagem Grande, Pau Furado, Providência, Rosário, Santa Luzia, Salvar, São Benedito, Siricari e Campinas/Vila União. Todas essas comunidades são autorreconhecidas como quilombolas e se inserem no cenário sociopolítico do município de forma ativa. Esta pesquisa tem como foco analítico as comunidades de Campinas/Vila União e Mangueiras.

As atividades socioprodutivas desenvolvidas nesses territórios estão majoritariamente vinculadas à pesca artesanal, ao extrativismo vegetal e à agricultura, com destaque para o cultivo da mandioca em roçados familiares. A base econômica dessas famílias depende, portanto, dessas práticas tradicionais, profundamente entrelaçadas com formas de organização social fundadas em vínculos de parentesco, compadrio e solidariedade,

características amplamente compartilhadas entre comunidades amazônicas (Veiga; Albaladejo, 2002).

Entretanto, essas comunidades enfrentam conflitos fundiários históricos, marcados pela ausência de titulação definitiva de seus territórios. Soma-se a isso a intensificação de disputas por terra e recursos naturais, em razão da expansão de empreendimentos agropecuários, como as fazendas de arroz e a criação de búfalos, que tensionam as formas tradicionais de uso e ocupação dos territórios quilombolas (Teisserenc; Teisserenc, 2018).

Analisar as disputas que envolvem os territórios quilombolas em Salvaterra exige o reconhecimento do colonialismo e do neocolonialismo como dimensões históricas interligadas. Os quilombos, historicamente constituídos como formas de resistência e afirmação territorial, continuam sendo atravessados por processos de expropriação e apropriação que, embora tenham assumido novos contornos ao longo do tempo, mantêm-se como expressões da continuidade do projeto colonial.

O colonialismo europeu, entre os séculos XVI e XIX, estabeleceu modos de produção extrativistas e uma hierarquia racial que organizaram a expropriação de terras e a exploração de corpos (Quijano, 2000). O neocolonialismo contemporâneo, longe de desconectar-se desse passado, reconfigura suas práticas ao incorporar investimentos estatais e privados, políticas de desenvolvimento e projetos agroindustriais, perpetuando relações de dependência e desigualdade (Cardoso; Faletto, 1970). Desse modo, as atuais disputas territoriais em Salvaterra refletem a herança colonial, adaptada a novas lógicas de mercado e poder, e revelam como o antigo projeto de subordinação foi recriado sob as vestes da “modernização”.

Em Salvaterra, projetos agropecuários, destacadamente fazendas de arroz e a produção bubalina, presentes desde o século XVIII, além do turismo incentivado por programas governamentais, exemplificam essa continuidade neocolonial, gerando impactos sobre o uso da terra, o acesso a recursos naturais e as formas de vida quilombolas (Meirelles Filho, 2014; Brasil, 2024).

A instalação recente de grandes empreendimentos agrícolas, beneficiados por incentivos fiscais dos governos municipal, estadual e federal, e a expansão de atividades turísticas que respondem por cerca de 5% da arrecadação municipal (Brasil, 2024), atraem fluxos externos de pessoas e demanda infraestrutura para escoamento e circulação. Rodovias, fazendas e projetos de criação de búfalos transformaram a paisagem territorial e tensionaram o direito quilombola à terra, evidenciando processos de neocolonialismo que se sobrepõem aos modos de fazer e viver quilombola.

Este artigo¹ tem por objetivo apresentar o processo histórico dos movimentos quilombolas de Salvaterra, traçando a trajetória desde as resistências coloniais até as

¹ Este artigo resulta da dissertação de mestrado do primeiro autor, desenvolvida no âmbito do projeto Inovação e Transição Sustentável: Cesta de Bens e Serviços em Territórios Amazônicos (Chamada de propostas Nº 003/2022 - iniciativa Amazônia+10). A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo

configurações neocoloniais contemporâneas e as formas de enfrentamento construída pelo movimento quilombola. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, entendida, conforme Proetti (2018), como meio de descrever, interpretar e compreender fenômenos sociais. Os principais instrumentos de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica (Rampazzo, 2002), entrevistas semiestruturadas, observação participante (Angrosino, 2009), registros em diário de campo e documentação fotográfica.

A opção pelas entrevistas semiestruturadas justifica-se pela flexibilidade de combinar perguntas definidas com a possibilidade de exploração espontânea de temas emergentes, favorecendo a descoberta de informações imprevistas e insights profundos. Além disso, essa modalidade permite ajustes ao roteiro conforme o avanço das entrevistas, atendendo às áreas de interesse que surgem na interlocução.

A pesquisa de campo foi realizada em 2024, com visitas aos territórios quilombolas de Campinas/Vila União e Mangueiras, nos meses de março, maio, junho, julho, setembro e novembro de 2024. Foram entrevistados dois grupos locais que desenvolvem atividades culturais e de geração de renda, sendo eles: o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Campinas/Vila União (NARQ) da comunidade de Campinas/Vila União e o coletivo Mulheres Sementes do Quilombo da comunidade de Mangueiras.

No caso deste último, foram conduzidas cinco entrevistas individuais. Quanto ao NARQ, entrevistou-se individualmente cinco integrantes, complementando com duas sessões coletivas envolvendo três participantes cada. Esse esquema permitiu captar múltiplas perspectivas sobre as dinâmicas internas das comunidades, estratégias de mobilização adotadas pelo movimento quilombola do município e os impactos enfrentados por ambas comunidades diante dos projetos neocoloniais implementados nos territórios.

Para a compreensão do processo histórico dos quilombolas de Salvaterra, realizou-se ainda uma revisão bibliográfica em periódicos como Google Acadêmico e SciELO, priorizando artigos e livros que tratam das origens coloniais e das continuidades neocoloniais nas regiões quilombolas da Amazônia.

A estrutura do trabalho organiza-se em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a construção histórica da organização quilombola no município de Salvaterra, destacando os processos sociais e territoriais envolvidos. Na segunda seção, discutem-se as referências teóricas mobilizadas na pesquisa e as práticas neocoloniais que incidem sobre os territórios quilombolas. A terceira seção analisa as estratégias de resistência desenvolvidas pelo movimento quilombola frente às imposições dos projetos neocoloniais. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais argumentos do trabalho e se indicam possíveis desdobramentos analíticos e políticos.

a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para a realização das atividades de campo, bem como com bolsa de mestrado concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Do passado ao presente: o processo histórico da organização quilombola em Salvaterra

Acevedo Marin (2009) destaca que a história da população negra na Amazônia se relaciona intrinsecamente com a indígena e, para estudar as sociedades da ilha do Marajó, essa relação entre o indígena e negro é a base para compreender o presente. A autora também afirma que esses dois grupos são os mais importantes na história do Marajó.

Marin (2009) aponta que a ilha foi ocupada por grupos indígenas pelo menos em 3.400 a.C. Entretanto, as maneiras de existir desses grupos sociais foram destruídas com a chegada funesta de colonizadores e missionários europeus. A presença indígena era consolidada em povos; dentre muitas, destacamos os Sacaca, Anajá, Aruã, Mapuá, Mamianá, Pauxis e Boca. Essas e outras etnias são as responsáveis pela famosa arte marajoara que consolidou obras de cerâmicas e grafismos (Schaan e Martins, 2010).

Schaan e Martins (2010) apontam que os projetos missionários Franciscanos, Mercedários, Jesuítas e Carmelitas tiveram um destaque no estado do Grão-Pará. Na então ilha de Joanes, hoje ilha do Marajó, o grande destaque foi a presença do grupo religioso Jesuíta.

Para se livrar da escravidão imposta pelos religiosos, grupos indígenas construíam estratégias de desmembramento de aldeias e fugas para o interior das matas. Com a proibição da escravidão indígena na metade do século XVIII, foram trazidas populações negras escravizadas, com o intuito principal de serem mão de obra na agricultura.

Gomes (2005) descreve que os primeiros negros escravizados vindos da África vieram através do estado do Amapá, por meio dos ingleses que tentavam dominar a região. Porém, os portugueses foram os principais responsáveis pelo tráfico negreiro para o Brasil.

Por muito tempo, a presença negra na região foi reduzida, com um número limitado de pessoas escravizadas. Essa realidade pode ser atribuída à escassez de investimentos no estado do Grão-Pará e à sua dificuldade em competir economicamente com outras capitanias, como Bahia e Pernambuco, então líderes na produção de cana-de-açúcar. A baixa produtividade do Grão-Pará resultava em menor interesse econômico, o que, por sua vez, limitava os investimentos em infraestrutura e logística produtiva, fatores que, em outras regiões, impulsionavam a maior utilização da mão de obra negra escravizada.

Indígenas e negros colaboraram de maneira conjunta na consolidação da agricultura e no manejo dos búfalos no Marajó. Em 1822, na ilha, o rebanho pertencente à ordem jesuíta atingiu um número expressivo de 134.465 cabeças, enquanto as fazendas de gado somavam aproximadamente 153. Atualmente, o rebanho bubalino na região conta com cerca de 430 mil animais (ADEPARÁ, 2023).

Na ilha do Marajó, especialmente em Salvaterra, também foram registrados inúmeros desses casos de cumplicidade entre negros e indígenas, como relata Gomes:

Esses quilombolas praticavam roubos e mantinham comércio nas povoações próximas. Solidariedades entre índios e negros naquela terra comum que os

escravizava começavam a aparecer. Índios em Salvaterra invadiram a cadeia para dar fuga ao “preto Manoel José” (Gomes, 2005, p. 54).

A partir do século XIX, as fazendas marajoaras começaram a ter atividades ainda mais instáveis, com períodos em que ficavam abandonadas e os proprietários passavam longas temporadas em suas residências em Belém. Soares (2010) considera que a crise da pecuária no Marajó esteve relacionada com a instabilidade política, começando pela proibição da escravidão indígena a partir da segunda metade do século XVIII, seguida pela Independência e Cabanagem. Acevedo Marin (2009) afirma que, com esse declínio das fazendas, as comunidades negras e indígenas tiveram a oportunidade de ocupar as fazendas abandonadas, e as que não foram ocupadas foram recebidas por doação ou compradas.

Baena (1969) também faz apontamentos específicos que nos levam à compreensão sobre o surgimento de quilombos no município de Salvaterra. O autor descreve que as fazendas da ordem Mercedários foram “sequestradas” e, a partir das terras dessa ordem religiosa, surgiram os quilombos de Bacabal e Bairro Alto, duas comunidades quilombolas do município. Também há relatos apresentados no trabalho de Acevedo Marin (2009) que evidenciam essa situação, quando a autora entrevista uma senhora de oitenta anos, neta de um mordomo régio que recebeu terras em troca dos serviços prestados a famílias da elite da época, onde hoje é o quilombo de Deus me Ajude.

As comunidades quilombolas tiveram seus surgimentos de diferentes maneiras, através da compra, do ganho ou com posses registradas e provenientes de herança. A heterogeneidade na construção dos quilombos marca também, na atualidade, os distintos dilemas enfrentados por eles. Acevedo Marin (2009) aponta que nos últimos tempos a principal luta dos quilombos é pela garantia dos seus territórios que ainda não são regularizados.

Bargas e Cardoso (2015) destacam que, a partir de pelo menos cinco décadas atrás, as comunidades quilombolas de Salvaterra iniciaram uma articulação mais densa na busca por direito ao território, de forma lrgalizada. A partir de 2000, surge a maioria das associações de remanescentes de quilombos do município. A criação das associações é estratégica na busca por representar legalmente os quilombolas em busca de regularização fundiária de suas comunidades.

Além disso, os mesmos autores apontam que, em 2013, existiam quinze comunidades autodeclaradas quilombolas em Salvaterra, das quais treze com processos abertos na superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Pará, solicitando o título de seus territórios. Esse número representava 45% de todos os processos abertos na superintendência estadual da instituição. Até o presente ano, ainda não foram notificados casos de comunidades tituladas pelo Incra.

No Pará, Salvaterra é o quinto município com o maior número de habitantes quilombolas, evidenciando uma demanda urgente por regularização fundiária. Isso se deve ao

crescimento populacional dessas comunidades, que convivem constantemente com a insegurança fundiária (Araújo *et al.*, 2006).

Diversos autores, como Bargas e Cardoso (2015), De Sousa e Lima Filho (2022); Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018), descrevem os problemas relacionados à regularização fundiária, luta territorial e violação de direitos enfrentados pelas comunidades quilombolas de Salvaterra. O enfrentamento a esses problemas tornou-se parte da agenda permanente de luta dos quilombolas marajoaras. Reivindicando acesso, regularização e proteção aos seus territórios, eles levam a vida coletivamente há muitos anos.

Teoria e prática do neocolonialismo em Salvaterra

Compreender as dinâmicas do neocolonialismo em Salvaterra exige mais do que uma análise isolada de eventos contemporâneos: requer uma abordagem que conecte estruturalmente o passado colonial às formas atuais de dominação. O colonialismo europeu, instaurado a partir do século XVI, não operou apenas como um projeto de exploração econômica, mas instituiu uma lógica duradoura de hierarquização racial, epistemicídio e reorganização dos territórios colonizados, fundamentos que persistem na forma de colonialidade.

A colonialidade, como propõe Aníbal Quijano (2000), constitui a permanência das estruturas de dominação colonial mesmo após o fim do colonialismo formal. Trata-se de uma matriz de poder que articula raça, trabalho, território e conhecimento de modo a naturalizar a subalternização das populações não europeias. Essa leitura encontra eco nos escritos de Frantz Fanon (2020), para quem a violência fundante do colonialismo não é extinta pela independência política. Ao contrário, ela se reinscreve por meio de novas formas de sujeição, muitas vezes mascaradas pelos discursos de desenvolvimento e progresso. Fanon, ao apontar que “a colonização não se contenta em impor sua dominação ao presente: ela quer ocupar o futuro”, antecipa o que Walter D. Mignolo (2011) irá conceituar como colonialidade do saber e do ser.

Há, portanto, uma profunda articulação entre colonialidade, dependência e a reprodução de assimetrias globais. O pensamento de Walter Rodney (1971) e André Gunder Frank (1971) ajuda a historicizar o neocolonialismo como continuidade da reconfiguração das economias periféricas a partir da lógica do capital global. Ambos argumentam que o subdesenvolvimento dos países colonizados não é um “atraso natural”, mas o produto direto da reorganização das economias locais para servir ao acúmulo de capital nas metrópoles. Nessa linha, Cardoso e Faletto (1970) aprofundam a análise ao mostrar como, na América Latina, a dependência passa a operar, após a independência, por meio de mecanismos mais sutis, como os fluxos de capital, tecnologia e poder político, que perpetuam o controle externo sobre os recursos e territórios.

O neocolonialismo, portanto, não representa uma ruptura com o passado colonial, mas sua atualização por meio de dispositivos modernos: políticas de desenvolvimento, mecanismos de endividamento, investimentos estrangeiros e discursos ambientalistas. David Harvey (2003), ao desenvolver o conceito de acumulação por espoliação, explicita como o capitalismo contemporâneo incorpora a pilhagem e a expropriação de bens comuns como forma sistemática de reprodução do capital. A privatização de territórios, a mercantilização da natureza e a despossessão dos modos de vida tradicionais são práticas que, embora revestidas de legalidade e racionalidade econômica, traduzem a permanência da violência colonial.

Autores contemporâneos como Walter D. Mignolo (2011) e Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2013) ampliam essa crítica ao enfatizar que o neocolonialismo atua não apenas nos domínios da economia e da política, mas também nas esferas do conhecimento e da subjetividade. O discurso da modernização, segundo Mignolo, é um instrumento de continuidade colonial que disfarça hierarquias históricas sob a promessa de progresso. Ndlovu-Gatsheni, por sua vez, mostra como a colonialidade afeta os modos de existência, anulando a possibilidade de reconhecimento epistêmico dos povos colonizados. Boaventura de Sousa Santos (2014), nesse mesmo espírito, convoca à valorização das “epistemologias do Sul”, apontando a necessidade de reconhecer e fortalecer os saberes historicamente invisibilizados pelas lógicas eurocentradas.

Essa articulação teórica revela-se particularmente relevante para analisar o caso de Salvaterra, onde o avanço de projetos agropecuários, turísticos e logísticos atualiza as dinâmicas coloniais sob a roupagem da sustentabilidade e da integração ao mercado. A concessão de incentivos fiscais a grandes empreendimentos, a expansão de rodovias e portos que fragmentam territórios quilombolas e a apropriação de discursos de desenvolvimento para legitimar a espoliação configuram práticas que materializam o neocolonialismo em escala local.

A violência fundadora do colonialismo, longe de ser superada, se reinscreve na forma como o espaço é ocupado, como os saberes são hierarquizados e como os corpos negros e indígenas seguem sendo regulados e marginalizados.

Segundo Nascimento (2019), o projeto neocolonial manifesta-se por meio de estratégias que buscam homogeneizar os territórios quilombolas e submeter seus espaços ao domínio de interesses externos. A história da comunidade de Mangueiras, cujas raízes remontam ao final do século XVII, revela que, mesmo após a abolição formal da escravidão, as estruturas de poder que sustentaram o sistema escravista foram reconfiguradas, mas não desmanteladas. As grandes fazendas que cercam a comunidade, vestígios do latifúndio escravista do Marajó dos Campos², permanecem como instrumentos de apropriação e controle territorial.

² O termo “Marajó dos Campos” refere-se à porção da Ilha do Marajó caracterizada pela predominância de campos naturais abertos, com vegetação rasteira e uso tradicional voltado à criação extensiva de búfalos e

Essas fazendas, voltadas inicialmente à criação de búfalos desde o século XIX, representam hoje uma força de ocupação que expande seu domínio com a introdução de cultivos em larga escala, como o arroz, a partir de 2010 (De Souza Meirelles Filho, 2014). Essa transição intensifica a expropriação de áreas antes comuns, transformando o uso coletivo em propriedade privada. Como mostram Gomes e Bringel (2016), cerca de 3.700 hectares foram concentrados sob o comando de um único fazendeiro, revelando o grau de desigualdade fundiária e a permanência de uma lógica de dominação territorial típica da colonialidade.

A estrada que conduz ao rio Paracauari, por onde se acessa a comunidade, está ladeada por extensas plantações de arroz. Os moradores relatam que essas áreas, atualmente desmatadas, eram importantes espaços de caça e roçados. Com o avanço do agronegócio, a diversidade da fauna local foi severamente reduzida. Além disso, a casa usada como apoio para os funcionários da fazenda do cultivo de arroz, encontra-se próxima ao rio onde os moradores atravessam para ir até Mangueiras, ponto estratégico para o deslocamento entre a comunidade e o centro de Salvaterra. A estrutura, associada à Fazenda Dallas, acabou nomeando o local como Porto de Dallas, marcando simbolicamente a imposição do nome e da presença do latifúndio sobre o cotidiano quilombola.

Esses processos exemplificam como o neocolonialismo se manifesta de forma concreta na vida cotidiana: pela imposição de lógicas produtivas externas, pelo controle simbólico do território e pela invisibilização dos modos de vida quilombolas.

A leitura crítica dessas dinâmicas, sustentada pelas teorias da colonialidade, da dependência e da acumulação por espoliação, será fundamental para a análise, nos capítulos seguintes, das estratégias de resistência desenvolvidas pelos movimentos quilombolas em Salvaterra, entendidas não apenas como reações pontuais, mas como formas ativas de reconfiguração territorial, política e epistêmica.

Figura 1 – Áreas devastadas para o monocultivo de arroz ao longo da estrada que leva à comunidade de Mangueiras

gado. Essa paisagem difere das áreas de floresta ou várzea presentes em outras regiões da ilha, configurando uma divisão ecológica interna com implicações econômicas, sociais e fundiárias (Pacheco, 2010).



Fonte: Acervo de campo (2024)

Essa dinâmica territorial afeta de maneira direta e profunda a vida local. Em Mangueiras, a redução das áreas comunais não só compromete o direito tradicional ao território, mas também interfere nas práticas essenciais de caça, pesca e extrativismo vegetal. O uso intensivo de agrotóxicos nas plantações de arroz ultrapassa os limites das fazendas, contaminando as terras que os moradores utilizavam para suas roças e afetando a saúde e a subsistência das famílias. Esse cenário ilustra claramente como o neocolonialismo se manifesta, não apenas pela apropriação física do território, mas também pela imposição de modos de produção que destroem as práticas ancestrais e os saberes tradicionais.

Em Vila União/Campinas, os efeitos dos projetos neocoloniais são igualmente profundos, embora se manifestem por vias um pouco diferentes. A comunidade, que surgiu a partir da expansão de outras comunidades quilombolas, abriga famílias como a Amador, uma das pioneiras na chegada ao território, e vive hoje os resquícios e os novos desafios da colonização. Um marco importante foi a construção da rodovia PA-154, com aproximadamente 80 km de extensão, é uma das principais vias terrestres da região, permitindo o escoamento da produção agropecuária, especialmente da bubalinocultura. Segundo Rosa Acevedo Marin (2009), a PA 154 desconsiderou os modos de vida tradicionais das comunidades quilombolas.

A menção a famílias fundadoras, como os Amador, e à resistência simbólica diante da construção de rodovia e postos de gasolina dentro dos quilombos, reforça o papel do quilombo como espaço de memória, identidade e contra-hegemonia, uma dimensão que conecta a crítica de Nascimento (2019) ao legado de Fanon (2020): a luta anticolonial continua mesmo após o fim formal da dominação, ressignificando o território como espaço de resistência. Nesse sentido, o ataque às práticas de pesca, caça, extrativismo e produção alimentar é também um ataque à possibilidade de autonomia política e cultural dos quilombos.

Essa rodovia se tornou um divisor de águas nas narrativas locais, transformando o território de Vila União/Campinas ao fragmentar áreas de cultivo e reduzir significativamente as roças, sobretudo aquelas destinadas à produção de mandioca, um elemento central no modo de vida e na identidade cultural local. Um exemplo é a construção de um posto de gasolina dentro da comunidade, às margens da rodovia. A PA-154, não é apenas uma obra logística, atua como instrumento neocolonial de reorganização do espaço para integrar os territórios quilombolas à economia global, exatamente como descrevem Cardoso e Faletto (1970) sobre os mecanismos contemporâneos de dependência.

Ao fragmentar áreas tradicionais de cultivo e facilitar o escoamento de commodities (como arroz), a rodovia exemplifica os processos de acumulação por espoliação descritos por David Harvey (2003). Isso evidencia uma lógica em que a infraestrutura pública serve aos interesses do capital, e não das populações locais, um padrão recorrente em projetos de desenvolvimento neocolonial..

Figura 2 – Posto de gasolina dentro da comunidade de Campinas/Vila União



Fonte: Acervo de campo (2024)

Em outras palavras, a rodovia é um instrumento que reconfigura o território, abrindo caminho para a inserção de práticas produtivas que desvalorizam os saberes tradicionais e enfraquecem a autonomia das comunidades quilombolas. Como descreve uma das interlocutoras:

“Entre 2015 e 2016, foi construído um posto de gasolina na frente de casa, em cima da casa de umas antigas moradoras. Esse espaço era para ser um local de memória. Era para ser alguma coisa que ficasse como recordação da

memória de quem era aquela mulher que morava ali, o que ela foi dentro da comunidade, uma pessoa que cuidava dos outros, que trabalhava com as plantas medicinais, assim como a mãe. Era para ser. E aí construíram o posto de gasolina ali, não tem um vestígio de como que era a casa dela. Só está na memória da gente.”
Entrevista de campo (2024)³

Teóricos como Kwame Nkrumah (1979) e Walter D. Mignolo (2011) descrevem esse fenômeno como uma extensão das práticas de dominação colonial, adaptadas aos tempos contemporâneos. Para eles, o neocolonialismo se caracteriza pela manutenção de estruturas de poder e exploração que, mesmo após o fim formal do colonialismo, continuam a subjugar os povos tradicionalmente marginalizados.

Achille Mbembe (2018) complementa essa visão, argumentando que o neocolonialismo reconfigura os territórios ao impor novas lógicas espaciais e produtivas que alienam os modos de vida locais. De forma similar, Boaventura de Sousa Santos (2014) ressalta que esse processo moderno nega aos povos tradicionais o direito à territorialidade, impondo sistemas de propriedade e uso da terra que excluem e desvalorizam seus saberes ancestrais.

A transformação dos territórios quilombolas em zonas de monocultura também implica um apagamento de modos de vida, saberes e territorialidades tradicionais, caracterizando o que Mignolo (2011) e Ndlovu-Gatsheni (2013) chamam de colonialidade epistêmica e territorial. A substituição de áreas de caça por lavouras mecanizadas, associada à perda de biodiversidade e à imposição de nomes como “Porto de Dallas”, representa um processo de renomeação simbólica do território, operando como forma de apagamento cultural e memória coletiva.

Boaventura de Sousa Santos (2014) reforça essa crítica ao propor a valorização das epistemologias do Sul, que buscam recuperar saberes subalternizados. O caso de Mangueiras demanda justamente essa escuta e valorização das narrativas locais como forma de resistência ao projeto neocolonial.

A partir dessas análises, torna-se evidente que os projetos neocoloniais atuam de forma multifacetada em Mangueiras e Vila União/Campinas. Em Mangueiras, a introdução da rizicultura em larga escala demonstra uma apropriação territorial que não apenas retira o acesso das comunidades às suas terras, mas também compromete os ecossistemas e os modos de produção tradicionais.

As cercas erguidas para impedir a entrada dos moradores e a necessidade de solicitar “favor” para cultivar uma roça de mandioca evidenciam um sistema de dominação que impõe barreiras físicas e simbólicas à continuidade cultural dos quilombolas. Em

³ Optamos por resguardar a identidade das interlocutoras, referindo-nos aos seus depoimentos apenas como “entrevistas de campo”, em razão dos riscos de exposição e de possíveis ameaças às quais poderiam estar sujeitas.

Vila União/Campinas, a construção da rodovia PA-154 simboliza a materialização dos projetos coloniais e neocoloniais, alterando radicalmente o território.

A via rompe o tecido social e produtivo da comunidade, fragmentando áreas que antes eram dedicadas a cultivos diversificados e ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa reconfiguração espacial, ao mesmo tempo em que integra a região a um sistema produtivo global, impõe um modelo econômico que favorece o agronegócio e a concentração fundiária, resultando na perda de autonomia dos povos tradicionais.

Assim, os projetos neocoloniais operam de maneira a transformar não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais, econômicas e culturais desses territórios. Ao impor novas estruturas de produção e circulação, esses projetos desvalorizam os saberes tradicionais e fragmentam as práticas comunitárias, ameaçando a continuidade histórica e a identidade das comunidades quilombolas.

Dinâmicas sociopolíticas e estratégias quilombolas em Salvaterra

A mobilização das comunidades quilombolas de Salvaterra consolidou-se de forma mais institucionalizada a partir da criação de associações de moradores em cada uma das comunidades que reivindicavam o reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. A institucionalização das comunidades quilombolas por meio de associações representa uma estratégia adaptativa frente à colonialidade do poder (Quijano, 2002), ao passo que visa traduzir as demandas territoriais em linguagem reconhecível pelo Estado.

Trata-se de um movimento ambivalente: por um lado, permite o acesso a direitos formais como a titulação; por outro, pode promover uma forma de captura institucional que limita a diversidade das vozes quilombolas, exigindo que se enquadrem em formatos legais e administrativos impostos pelo aparato estatal (Mignolo, 2011).

Esse processo ecoa a crítica de David Harvey (2003) sobre os mecanismos contemporâneos de dominação, nos quais o reconhecimento e os direitos são concedidos em troca da incorporação das comunidades ao modelo estatal e mercantil. A formalização passa a ser, assim, uma tecnologia de poder que reconfigura a gramática da luta: em vez de insurgência territorial plena, muitas vezes impõe-se a negociação burocrática.

A institucionalização permitiu que muitas comunidades iniciassem o processo de reconhecimento étnico de seus territórios junto à Fundação Cultural Palmares (FCP). Paralelamente, a mobilização dos grupos negros no estado do Pará nesse mesmo período foi determinante para fortalecer as comunidades quilombolas de Salvaterra. Um exemplo importante é o trabalho do Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa)⁴, uma organização

⁴ O CEDENPA — Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará — é uma das mais antigas e importantes organizações do movimento negro no Brasil, fundada em 1980 no estado do Pará. Sua atuação é voltada à defesa dos direitos da população negra, ao combate ao racismo, à promoção da igualdade racial e ao fortalecimento da identidade afro-brasileira, especialmente na região amazônica.

do movimento negro no estado do Pará que, em articulação com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o governo estadual, começou a identificar e mapear comunidades negras rurais em Salvaterra a partir dos anos 2000 (Bargas; Cardoso, 2015).

O protagonismo das mulheres e das juventudes quilombolas, como demonstrado nos grupos Sementes do Quilombo e Abayomi⁵, pode ser lido como um exemplo daquilo que Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (2019) definiram como quilombismo, uma política de base comunitária e identitária que articula ancestralidade, cultura e enfrentamento do racismo estrutural.

A organização desses sujeitos políticos em torno de práticas culturais (como o carimbó, os turbantes, os uniformes escolares com símbolos africanos) não é meramente estética, mas estratégica e simbólica. Conforme Fanon (2020), trata-se de uma luta por "humanidade plena", em que o sujeito negro se descoloniza também ao reconstruir-se fora dos enquadramentos coloniais, inclusive simbólicos e educacionais. As transformações nas escolas quilombolas são expressões dessa pedagogia de reexistência, alinhadas à defesa de uma epistemologia territorializada (Acevedo Marin, 2009).

Esse processo de autoidentificação quilombola trouxe mudanças significativas nas relações internas e externas das comunidades. Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018) observam que essas relações, anteriormente baseadas predominantemente em laços de parentesco e compadrio, passaram a incluir alianças políticas que se tornaram fundamentais para a articulação coletiva.

Embora os vínculos familiares ainda desempenhem um papel relevante, as mobilizações contemporâneas marcaram a emergência de uma identidade coletiva mais ampla, pautada na identidade negra (do ser negro), quilombola e marajoara, elementos que configuram a base simbólica dessa coesão social (Acevedo Marin, 2009). Com o fortalecimento dessa coesão, foi constituído o Conselho das Associações de Comunidades Quilombolas de Salvaterra, que desempenhou um papel estratégico na articulação das demandas por titulação dos territórios junto ao Incra.

No entanto, o fortalecimento das organizações quilombolas não se limitou à busca pela titulação de terras. Com a intensificação do neocolonialismo, a chegada do monocultivo de arroz, a expansão de fazendas e a construção de estradas, essas comunidades passaram a atuar também em defesa dos modos de uso e ocupação de seus territórios. A crítica aos impactos do monocultivo de arroz, da construção de estradas etc. remete diretamente à tese de acumulação por espoliação de Harvey (ano). A apropriação de bens comuns por agentes econômicos externos, com aval ou omissão estatal, representa um padrão típico de projetos

⁵ O Grupo de Juventude Negra Quilombola Abayomi é um coletivo formado por jovens quilombolas da região de Salvaterra, na Ilha do Marajó, estado do Pará. Fundado em 28 de abril de 2013, o grupo surgiu no contexto da organização das comunidades quilombolas locais, com o objetivo de fortalecer a identidade, a cultura e os direitos da juventude negra quilombola.

neocoloniais de desenvolvimento, que desconsideram os direitos consuetudinários em nome da "eficiência econômica".

Esse processo, longe de ser meramente econômico, é estruturalmente político, como argumentam Cardoso e Faletto (1970): o subdesenvolvimento é produzido pela forma como o desenvolvimento se impõe. As comunidades de Salvaterra, ao ampliarem suas alianças com organizações como Malungu⁶ e Cedenpa, constroem redes contra-hegemônicas, que desafiam a lógica centro-periferia e afirmam uma territorialidade autônoma.

Bargas e Cardoso (2015) destacam que a mobilização das identidades foi essencial para a constituição de redes mais amplas de atuação que, além de reivindicarem a titulação das terras, passaram a combater os impactos socioambientais decorrentes desses projetos. A atividade pesqueira e o consumo do açaí pelos quilombolas também têm sido impactados pelo arrendamento de áreas que os fazendeiros dizem pertencer-lhes a empresários ou pequenos comerciantes atuantes na exploração do açaí, abundante nas várzeas da região, para a exportação. Essas áreas são legalmente terras de marinha e tradicionalmente de uso comum dos quilombolas (Bargas; Cardoso, 2015, p. 472).

Diante desses problemas mais recentes, intensificou-se a atuação política das comunidades, que passaram a estabelecer parcerias estratégicas com organizações como a Malungu e o Cedenpa. Essas articulações têm sido fundamentais para fortalecer as reivindicações quilombolas e buscar soluções para os desafios enfrentados. Em termos analíticos, essas formalizações das organizações quilombolas se configuram como um instrumento de negociação com o Estado, facilitando o atendimento das demandas das comunidades, sobretudo no que diz respeito à titulação de terras.

Ao se institucionalizarem, as associações estabelecem canais de diálogo estruturados com os órgãos governamentais, permitindo que as reivindicações locais sejam traduzidas em termos reconhecíveis pelo Estado. No entanto, essa formalização implica uma limitação nas formas de ouvir as demandas, pois a negociação fica vinculada aos processos organizativos institucionais, o que pode restringir a pluralidade e a abrangência dos anseios das comunidades.

Há diversas redes de organização protagonizadas pelo movimento quilombola, com o olhar voltado aos territórios e de maneira não institucionalizada. Cardoso (2013) descreve que as associações não são as únicas maneiras de organização dentro dos territórios. Existem outras formas organizativas, redes, projetos e iniciativas que são mobilizadas dentro das comunidades e que muitas vezes, por não serem institucionalizadas e não estarem em arenas públicas institucionais, não são visualizadas.

⁶ A Malungu – Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará é uma organização representativa que articula e defende os direitos das comunidades quilombolas do estado do Pará. Criada por lideranças quilombolas, a Malungu atua como uma instância política e organizativa que busca garantir a autonomia, o reconhecimento territorial, a preservação cultural e o acesso a políticas públicas para essas comunidades.

Embora muitas dessas formas organizativas não estejam formalmente constituídas nem integradas às esferas públicas, elas desempenham um papel central na construção e na reconfiguração dos espaços sociais e territoriais. Frequentemente inseridas em contextos informais, essas iniciativas revelam processos complexos de adaptação e reinvenção cultural.

É o caso das mobilizações realizadas pelas interlocutoras desta pesquisa, que, por meio dos grupos Núcleo de Ação e Resistência Quilombola da comunidade de Campinas/Vila União e do grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, promovem ações de valorização cultural, como a formação de grupos de carimbó e articulam coletivos de mulheres voltados para a geração de renda, seja por meio do artesanato, com a confecção de camisas e turbantes, seja pelo incentivo à comercialização dos produtos cultivados por mulheres agricultoras.

Essas e outras iniciativas construídas nos seios das comunidades dialogam com a afirmação da pesquisadora Rosa Acevedo Marin (2009, p. 33) quando esta analisa o território marajoara e, sobretudo Salvaterra, descrevendo-o como um espaço de disputa aberta, e enfatiza o seguinte: “Atualmente, o arquipélago é espaço de uma disputa aberta por recursos, e essas reivindicações partem dos povos tradicionais, agentes sociais que marcam posicionamentos sobre o direito à terra e de usufruto dos recursos”. Sob uma perspectiva teórica, essa diversidade de práticas organizativas demonstra como os territórios são continuamente transformados por meio da ação de agentes locais que, mesmo sem a formalização institucional, articulam novas configurações espaciais e sociais em ações de enfrentamento ao neocolonialismo em seus territórios.

Com suas articulações estaduais e territorializadas, esses movimentos já se consolidam como uma das estratégias de enfrentamento aos projetos neocoloniais no território. No entanto, especialmente aqueles mais inseridos e próximos às comunidades, como associações e outras mobilizações não institucionais, iniciaram um processo formativo tanto intelectual quanto filosófico sobre as pautas étnico-raciais.

Alinhadas à compreensão de que a identidade racial é frequentemente negligenciada, essas mobilizações passaram a promover formações sobre raça e seu impacto nas vivências sociais. Diversas interlocutoras, sobretudo as participantes da pesquisa, relatam a participação frequente em formações promovidas por distintos movimentos quilombolas de Salvaterra, entre eles a Malungu e o Grupo de Juventude Negra Quilombola Abayomi.

O processo de reconhecimento identitário entre os moradores dos quilombos de Salvaterra também teve impacto nas instituições formativas públicas. As escolas dentro desses territórios, que antes abordavam de forma limitada os debates étnico-raciais, passaram a desempenhar um papel mais significativo. Esse avanço resulta das demandas por uma educação territorializada, que incorpora discussões sobre raça, transmite a história das comunidades e promove reflexões sobre as particularidades de viver em um território quilombola.

A revalorização da história, da identidade negra e da cultura quilombola nas escolas e nos territórios insere-se no que Boaventura de Sousa Santos (2014) chama de ecologias de

saberes. Ao invés de subordinar os saberes tradicionais aos critérios científicos ocidentais, as comunidades os mobilizam como base de resistência e ação política.

Essa transformação se manifesta tanto simbolicamente quanto de maneira prática, como evidenciado nos uniformes utilizados pelos estudantes nas escolas municipais quilombolas, sobretudo as escolas de Campinas/Vila União e Mangueiras.

Figura 3 - Elementos práticos e simbólicos de construção e afirmação étnico-racial em Mangueiras. A – Material de divulgação da celebração do dia da consciência negra na escola de Mangueiras; B – Banda do desfile de celebração do dia sete de setembro; C – Faixa de celebração do dia Sete de Setembro

Fonte: Compilação do autor⁷ (2024).

Além de identificarem nominalmente a instituição como quilombola, essas vestimentas incorporam elementos visuais que remetem às cores predominantes das



bandeiras de diversos países africanos, como verde, amarelo, preto e vermelho. Essas cores,

⁷ Montagem a partir de imagens publicadas no Facebook da escola quilombola de Mangueiras. <https://www.facebook.com/profile.php?id=100066840940103>

amplamente mobilizadas nos quilombos de Salvaterra, simbolizam a luta do movimento negro quilombola e estão frequentemente presentes nas bandeiras das comunidades do município.

A produção de uma identidade quilombola marajoara, que articula a dimensão negra, territorial, é um exemplo de cosmopolítica local, que recusa o universalismo moderno e propõe uma pluralidade de modos de viver e conhecer, em consonância com o que Mignolo (2011) denomina de desobediência epistêmica. Abdias do Nascimento (2002) aponta que essas comunidades e essas ações simbólicas são uma expressão prática do processo de desmantelamento do colonialismo e que, diante dos contextos que elas vivenciam e lidam, essas ações se apresentam como tática de necessidade de afirmação por uma perspectiva étnico-racializada que traga visibilidade para a luta e as demandas historicamente reivindicadas.

Os trabalhos de Luis Fernando Cardoso e Cardoso (2013), Maria Páscoa Sarmiento de Souza (2018), Dérick Lima Gomes, Heribert Schmitz e Fabiano de Oliveira Bringel (2018) oferecem contribuições essenciais para compreender como as mobilizações quilombolas de Salvaterra se estruturaram e continuam a se estruturar ao longo da história. Esses autores convergem na análise de que a identidade coletiva é um elemento central e mobilizador, funcionando como alicerce para as ações coletivas dessas comunidades. Mesmo diante das profundas transformações que os territórios têm sofrido, as identidades compartilhadas emergem como força motriz que sustenta as lutas quilombolas.

Considerações finais

A análise histórica dos movimentos quilombolas em Salvaterra evidencia que o colonialismo não é um capítulo encerrado, mas uma estrutura persistente que se transformou e atualizou ao longo do tempo. Desde a chegada da colonização europeia, com a imposição de práticas extrativistas e de expropriação de territórios, até o presente, com a instalação de grandes empreendimentos agroindustriais, turísticos e de infraestrutura, as comunidades quilombolas enfrentam um contínuo processo de dominação e reconfiguração de seus espaços e modos de vida.

A partir do referencial teórico mobilizado, compreendeu-se que o neocolonialismo, longe de representar uma ruptura com o colonialismo histórico, configura-se como a sua adaptação às exigências contemporâneas do capitalismo globalizado. O que se observa em Salvaterra, a expansão de monocultivos de arroz, a criação intensiva de búfalos, a implementação de projetos turísticos e a fragmentação territorial provocada por novas infraestruturas, materializa a lógica da acumulação por espoliação (Harvey, 2003), reforçando a dependência econômica e a marginalização de territórios tradicionalmente ocupados.

Dessa forma, o presente estudo alcançou seu objetivo de apresentar o processo histórico dos movimentos quilombolas de Salvaterra, na ilha do Marajó/PA, ao traçar uma trajetória que vai das resistências coloniais, marcadas por fugas, confrontos e a formação de comunidades autônomas, até as configurações neocoloniais contemporâneas, nas quais se

inserir os atuais conflitos territoriais e os projetos de desenvolvimento exógenos. A resposta a esse objetivo revelou que, mesmo diante das múltiplas formas de espoliação e negação de direitos, as comunidades quilombolas vêm construindo formas próprias de enfrentamento, ancoradas na mobilização coletiva, na afirmação de identidades étnico-raciais e na articulação com redes de apoio institucionais e comunitárias.

Todavia, a trajetória dos movimentos quilombolas em Salvaterra demonstra que, diante das investidas coloniais e neocoloniais, as comunidades não se limitaram à resistência reativa, mas protagonizaram processos de construção ativa de novos projetos de vida. Um dos elementos centrais dessa construção é a assunção de uma identidade coletiva quilombola, negra e marajoara, que transcende a esfera territorial e passa a refletir em diversas dimensões da vida social. Tal identidade manifesta-se, por exemplo, nas práticas culturais locais, na reivindicação da história afro-amazônica no espaço escolar e na valorização de saberes tradicionais.

O fortalecimento desse reconhecimento identitário produz efeitos concretos no campo da educação, ao fomentar iniciativas de educação diferenciada e a inclusão da temática quilombola nos currículos escolares; e no campo da cultura, ao impulsionar festividades, expressões artísticas e manifestações que reafirmam o pertencimento coletivo. Dessa forma, a construção identitária torna-se um instrumento de luta política e simbólica, articulando a defesa do território à afirmação de modos próprios de existência.

Consolidar um território emancipado, portanto, não se limita à garantia formal da terra, mas implica também o reconhecimento e a valorização das práticas, saberes e cosmologias que sustentam os modos de vida quilombolas. É no entrelaçamento entre identidade coletiva, resistência política e territorialidade que se forja a perspectiva de uma emancipação efetiva, capaz de subverter as lógicas de subordinação impostas historicamente pelo colonialismo e suas reconfigurações neocoloniais e que sejam traduzidas em um contexto quilombola na posse da terra, direito à autodeterminação, à educação diferenciada, à soberania alimentar e a outros elementos que são vitais para territórios etnicamente diferenciados.

Reconhecer essa dinâmica é fundamental para a formulação de políticas públicas que efetivamente respeitem os direitos territoriais, culturais e políticos das populações quilombolas, bem como para fortalecer debates acadêmicos e sociais que desvelam a colonialidade persistente nos territórios amazônicos. Salvaterra, nesse sentido, exemplifica a vitalidade das lutas contemporâneas e a potência das comunidades quilombolas na construção de futuros possíveis para além das margens impostas pela colonialidade.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN,

Rosa (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227.

ADEPARÁ. **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará**. Estado do Pará detém o maior rebanho de búfalos do Brasil e o 2o maior rebanho bovino. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/40823/estado-do-para-detem-o-maior-rebanho-de-bufalos-do-brasil-e-o-2-maior-rebanho-bovino>>. Acesso em: 8 mai. 2025.

ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed. 2009.
ARAÚJO, Claudio et al. Relação entre mercado de terras, crescimento econômico e insegurança fundiária explicada por um modelo a "geração imbricada". **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 575-595, 2006.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).
BARGAS, Janine de Kássia Rocha;
CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo, Brasília-DF. Programa de Regionalização do Turismo, 2024. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_k2&view=itemlist&layout=category&task=category&id=4&Itemid=148. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Reconhecimento, desrespeito e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA). **Revista Cronos**, v. 14, p. 93-107, 2013.

DE SOUSA, Claudiane de Fátima Melo; LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. O quilombo na cidade: notas etnográficas sobre uma ocupação quilombola. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 161-177, 2022.

DE SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento. RE-EXISTÊNCIAS MALUNGAS. **Revista Terceira Margem Amazônia** v. 7, n. 18, 2022.

Escola Quilombola de Mangueiras. Salvaterra, nov. de 2019. Facebook: **EMIF. Quilombola de Mangueiras**. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100066840940103>. Acesso em: nov. de 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Da Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

FRANK, André Gunder. **O subdesenvolvimento é um subproduto do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

GOMES, Dérick Lima; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Tensões territoriais entre rizicultores e quilombolas no arquipélago do Marajó. In: MACEDO et al., Cátia Oliveira, (orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2016. p. 162-176.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INTERMINISTERIAL, Grupo Executivo do Estado do Pará. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó. 2007.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; ALENCAR, Edna. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, p. 109-128, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza. Arroz no Marajó: a impunidade do agronegócio. **Inclusão Social**, v. 7, n. 2, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Coloniality of Power in Postcolonial Africa: Myths of Decolonization**. Dakar: CODESRIA, 2013.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (Orgs.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1 ed. Belém: GKNORONHA, 2010. cap. 2, p. 13-32.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen** - ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 4, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 8, p. 168–196, 2000. RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2002.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2002.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova imaginação política**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Org.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara** – 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13219>.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 115, p. 51-74, 2018.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. Análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 41-77, 2002.

Sobre o/a (s) autor/a (s):

José Felipe Rodrigues da Costa

Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo programa de Pós - Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA / Universidade Federal do Pará – UFPA.

Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável - PPGCDS / Universidade de Brasília. E-mail: rodriguesfelipe078@gmail.com

Monique Medeiros

Mestra em Desenvolvimento Rural pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR / Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Doutora em Agroecossistemas pelo programa de Pós - Graduação em Agroecossistemas – PPGA / Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: mmedeiros@ufpa.br